Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 14 Nº 28, Janeiro - Junho de 2022
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Entre o "melhoramento reclamado pela ciência" e os "sentimentos religiosos da população": os embates em torno das práticas funerárias na cidade de Vitória-ES (1880-1912) ♦

Between the "improvement demanded by science" and the "religious feelings of the population": the discussions about the funeral practices in the city of Vitória-ES (1880-1912)

Julia Freire Perini*

Resumo: Este artigo analisa jornais, relatórios de Presidente de Província e de Estado, bem como os documentos da Inspetoria de Higiene do Espírito Santo no final do século XIX e início do XX com o objetivo de entender as transformações do sentido da morte e do morrer ocorridos na capital capixaba durante o período em tela. O 'atraso' da remoção dos cemitérios da região central da cidade chama a atenção, pois ao contrário de outras capitais brasileiras, a construção de um campo santo extramuros em Vitória apenas pôde se concretizar na segunda década do século XX. À luz desse desfecho extemporâneo, o artigo sustenta que, diante do embate entre a visão católica e os ditames modernos sobre a morte, prevaleceram os interesses de parcela da elite agroexportadora local. Esta não apenas influenciou o envio de verbas às obras de infraestrutura de seu interesse, como postergou a construção de um novo cemitério, sobrepondo seus interesses econômicos de curto prazo aos benefícios da saúde coletiva da população capixaba.
Palavras-chave: Morte, Medicina, Urbanização, Modernidade.

Abstract: This article analyzes newspapers, reports from provincial and state presidents, as well as documents from the Espírito Santo Hygiene Inspectorate in the late 19th and early 20th centuries in order to understand the transformations in the meaning of the concepts of death and dying that occurred in the capital of Espírito Santo during the aforementioned period. The 'delay' in the removal of cemeteries from the city's central region is worthy to

♦ Esta pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
* Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, professora da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. E-mail: juliafreireperini@gmail.com

mention, because, unlike other Brazilian capitals, the construction of an extramural holy field in Vitória was only possible in the second decade of the 20th century. In light of this untimely outcome, the article argues that, because of the clash between the Catholic worldview and the modern dictates about death, there prevailed the interests of a portion of the local agro-exporting elite. The latter not only influenced the redirection of funds to infrastructure constructions of their interest but also influenced the postponement of the construction of a new cemetery, thus overlapping its short-term economic interests with the benefits for the public health of the capixaba population.

Keywords: Death, Medicine, Urbanization, Modernity.

Introdução

> Sem que se nos dê a pecha de profanadores ou sacrílegos, é de toda justiça, que esta Câmara consiga por intermédio de V. Ex. que os cemitérios desta cidade sejam removidos para um ponto escolhido por dois médicos, sendo um deles o da saúde pública. Esta medida não é uma inovação desta; por enquanto de vinte províncias do Império, somente nove ainda conservam cemitérios dentro das capitais, e destas, cinco, por não terem terrenos apropriados; isto é, terra com sedimento argiloso (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1882, ed. 4). [1]

No fragmento acima, extraído do jornal *A Província do Espírito Santo*[2] de fevereiro de 1882, Joaquim Côrrea Lírio[3], Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória expunha um problema que há décadas incomodava diversos setores da sociedade letrada capixaba: o local destinado aos

[1] As transcrições de todos os trechos extraídos de fontes primárias sofreram as devidas adaptações para as regras ortográficas do português atual com o objetivo de facilitar a leitura e a compreensão dos textos.

[2] O jornal *A Província do Espírito Santo* foi fundado por Cleto Nunes Pereira e José de Mello Carvalho Muniz Freire, que viriam a ser proeminentes figuras do cenário político capixaba no final do século XIX. As tiragens eram feitas três vezes por semana e aos domingos. De acordo com Thiago Z. Barros (2007), as publicações assumiriam uma postura combativa em defesa do progresso do país e faria um jornalismo fora dos padrões da imprensa oficial, pois ao contrário de outros jornais, este periódico não nasceu amparado pelo Estado. É possível ler no cabeçalho de cada edição o seguinte escrito: "Diário consagrado aos interesses provinciais, afiliado à Escola Liberal", bem como as emissões em favor de preceitos humanistas. Após a Proclamação da República, o folhetim passaria a ser chamado de *Estado do Espírito Santo*.

[3] Nascido em 1841, Joaquim Corrêa Lírio filiou-se ao Partido Liberal. Elegeu-se sucessivas vezes deputado provincial pelo Espírito Santo. No início dos anos de 1890, foi convidado por Afonso Claudio, então Presidente de Estado, para ocupar o cargo de chefe da Intendência Municipal de Vitória.

enterramentos dos mortos no centro da capital. Não satisfeitos com as condições dos cemitérios da urbe vitoriense, o responsável pela fala tornava público o seu intento de, aos moldes de outras capitais brasileiras, transferir as necrópoles da cidade para um local afastado do perímetro urbano.

As camadas dirigentes capixabas, portanto, ansiavam concretizar o que àquele tempo era concebido como a modernização dos rituais funerários, assim como ocorrido no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Belém,[4] onde as necrópoles já haviam desde os anos 1850 sido removidas da parte central das cidades e sido construídas, tal qual recomendado pela ciência, em regiões distantes do perímetro urbano principal. No entanto, contrariando as expectativas de parte da sociedade capixaba, Vitória apenas veria o seu cemitério extramuros ser inaugurado no tardio ano de 1912.

A trajetória desse imbróglio, iniciada em meados dos anos de 1850 após uma epidemia de cólera[5], envolveu longas discussões entre grupos bastante heterogêneos da sociedade capixaba, dentre os quais, pode-se mencionar: religiosos, políticos, intelectuais, engenheiros e, também, os médicos. Estes últimos apresentavam argumentos pautados nos conhecimentos científicos[6] da

[4] Conforme mencionado no texto, as cidades citadas construíram seus cemitérios fora dos perímetros urbanos ainda no século XIX. No Rio de Janeiro, a necrópole foi erigida em 1850 (RODRIGUES, 1997, p. 22); no ano de 1855, o Campo Santo operava plenamente fora da região central de Salvador (REIS, 1991, p. 338); em Porto Alegre, a inauguração do cemitério extramuros foi realizada em 1850 (NASCIMENTO, 2006, p. 314) e em Belém, o campo santo distante do perímetro urbano também foi construído em 1850 (SILVA, 2005, p. 15).

[5] A década de 1850 foi marcada pelo surgimento de diversas epidemias em distintas partes do território brasileiro, e na província do Espírito Santo a situação não teria sido diferente. Em 1850, a febre amarela grassou pela cidade de Vitória, e entre 1855 e 1856, a cólera chegou a ceifar a vida de 3,5% da população da província capixaba (NOGUEIRA, A; FRANCO, S., 2017, p. 39) (FRANCO, S., 2014, p. 124).

[6] As correntes contagionistas e infeccionistas eram duas das principais concepções teóricas na área da saúde do século XIX no Brasil. De forma bastante simplificada, pode-se dizer que os contagionistas acreditavam que um veneno, uma vez produzido, poderia ser transmitido de pessoa para pessoa por meio do contágio, e que uma vez disseminado entre indivíduos, o veneno independia do meio para ser replicado (LIMA, 2002, p. 31). Já os infeccionistas defendiam que o meio poderia emanar substâncias pútridas que contaminariam os seres humanos, ou seja, águas apodrecidas e ar viciado são alguns dos responsáveis pela transmissão de doenças. Na visão dessa corrente, as pessoas doentes poderiam ser responsáveis pela contaminação do ambiente e, este alteraria a saúde dos indivíduos presente nele (CHALHOUB, 2006, p. 169). Ainda é válido pontuar que, na segunda metade do século XIX, as descobertas empreendidas por Pasteur apresentaram novas perspectivas acerca dos tratamentos de doenças, de seus diagnósticos e das suas formas de transmissão (RIBEIRO, 1993, p. 149). O paradigma bacteriológico enquanto agente causador de moléstia não eliminou completamente a influência das demais teorias médicas (tais como miasmática ou contagionista), o que significa dizer que, sua expansão se deu por meio de longas negociações e debates, as quais adentraram o século

sua área de estudo para fundamentar as orientações referentes aos cuidados que deveriam ser dispensados aos defuntos e aos espaços a eles destinados. Contudo, tais pressupostos discutidos pelos profissionais da medicina encontravam resistência, evidenciada, sobretudo, na forma como o assunto foi conduzido na segunda metade do século XIX pelas elites letradas do Espírito Santo.

Alguns desses embates envolvendo a gestão da morte e do morrer em terras capixabas ficaram registrados em periódicos, relatórios de Presidente de Província e estado, em documentos da Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo e nos mapas da capital vitoriense. Uma análise das fontes em questão é capaz de revelar que as décadas subsequentes ao referido surto de cólera trouxeram à flor da terra imbróglios envolvendo os posicionamentos de médicos, políticos e de grupos, tanto favoráveis quanto resistentes, à transferência dos cemitérios para fora da região central da sede administrativa da província capixaba. [7]

À luz desses duradouros embates pode-se perguntar: afinal, o que teria ocorrido para que o processo de transferência dos cemitérios para a parte externa da cidade recebesse um desfecho tão extemporâneo em terras capixabas? Quais fatores teriam contribuído para que o poder público – a despeito das referidas exigências de uma parte da opinião pública letrada – enfrentasse tantas dificuldades em implementar aqueles padrões modernos de entendimento da morte e do morrer? Por fim, o que esse desenvolvimento pode revelar a respeito desta forma "tardia" de recepção de padrões e costumes modernos em território espírito-santense?

XX. Esse processo ocorreu no contexto da consolidação das práticas do viés higienista que, por seu turno, estava preocupada com a intervenção no corpo social (TEIXEIRA, 2007; BENCHIMOL, 1990).

[7] A alteração do local onde ocorriam os enterramentos era considerada um imbróglio no século XIX, pois, segundo a doutrina católica vigente à época, para que a "boa morte" ou o "bem morrer" ocorressem, e a salvação da alma fosse alcançada, era preciso manter as inumações no espaço interno dos templos ou nos seus arredores. Ainda com intenção de salvar as almas dos mortos, os vivos deviam conviver com seus túmulos a fim de cuidar de suas sepulturas, mantendo-as sem violação. Para saber mais sobre o assunto, cf. Claudia Rodrigues, *Lugares dos mortos na cidade dos vivos* **(**1997).

Mais do que narrar a história da lenta construção de uma necrópole, este artigo possui o intento geral de nuançar as mudanças em relação ao entendimento da morte e do morrer que culminaram em alterações dos costumes funerários da população capixaba durante o período em tela. Tendo esse objetivo no horizonte, serão analisados os argumentos expostos pelas autoridades médicas, que, tanto com a oposição quanto com o respaldo de parte da elite política local, buscavam construir consensos em torno das modificações dos hábitos funerários da população. Para tanto, é preciso jogar luz sobre as discussões encampadas por políticos e profissionais da saúde na cidade de Vitória, especialmente os que ocuparam cargos de destaque na Inspetoria de Higiene Pública, na Inspetoria de Saúde em Portos e na Santa Casa de Misericórdia, tendo em vista que uma análise dessas formas de representação da realidade é capaz de revelar uma série de práticas relacionadas à morte e ao morrer nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX. É exemplar, nesse sentido, a simultaneidade de temporalidades em debates cujo foco era demonstrar certa coexistência entre as visões higiênicas, advindas da ciência, com a defesa da vida pela religião católica. Em outras palavras, buscando não aviltar o imaginário religioso do período, parte desses profissionais buscava reorganizar os enterramentos e os rituais dispensados aos defuntos, unificando os sepultamentos em uma região afastada da parte central da cidade, uma medida alinhada a uma expectativa orientada ao futuro modernizador.

Assim, levando em conta a complexidade de tais contendas em torno do entendimento da morte e do morrer, o presente artigo possui o objetivo adicional de compreender de forma específica como representações de modernidade, higiene e civilidade foram postas a circular pelos representantes do saber médico, do poder político e das elites econômicas da cidade de Vitória[8]. Sustenta-se, por fim, a hipótese de que, diante do embate entre a tradicional visão católica sobre os rituais fúnebres e os ditames modernos sobre a morte e o

[8] Utilizando Roger Chartier como referência, é possível compreender como parte de distintos grupos sociais se deu a ler, bem como foram apresentadas suas formas de representar a morte, e derivado disso, tais agrupamentos disputavam quais práticas culturais relacionadas a essas maneiras de entender o morrer sairiam vitoriosas. Como os envolvidos na querela divergiam na forma de entender o morrer, essas representações travaram embates para que uma figuração hegemônica se sobrepusesse perante as demais (CHARTIER, 1990).

morrer, prevaleceram os interesses de parcela da elite agroexportadora local, que não apenas influenciou o direcionamento de verbas públicas às obras de infraestrutura agroexportadora de seu interesse, como foi capaz de postergar por vários anos a construção de um cemitério extramuros na capital do Espírito Santo. Na esteira de tal cenário, serão considerados os meios de circulação e as tentativas de formação de uma opinião geral favorável à modernização do morrer como estratégias discursivas em um contexto de crescentes 'lutas por representação' da experiência moderna no debate público brasileiro do período (CHARTIER, 1990). Por fim, entendendo esses embates como associados ao encurtamento do 'espaço de experiência' e da expansão do 'horizonte de expectativa' em direção a um futuro idealizado próprio do tempo histórico moderno (KOSELLECK, 2006),[9] o artigo se esforça no sentido de desconstruir a dicotomia entre 'atraso' e 'progresso' tão comum na maneira de se interpretar o advento (ou uma suposta 'ausência') da modernidade na opinião pública capixaba e, em parte, de sua historiografia até os dias atuais.[10]

Negociando a adequação do morrer

Para compreender as negociações em torno das modificações dos rituais funerários na capital capixaba é fundamental que algumas referências sobre mudanças ocorridas na conjuntura socioeconômica local sejam trazidas à tona. É relevante saber, por exemplo, que na segunda metade do século XIX o Espírito Santo experimentou um incremento em sua produção cafeeira. De acordo com José Teixeira de Oliveira (2008, p. 420), em 1847 as exportações

[9] Este artigo se baseia nas reflexões de Reinhart Koselleck, que ao problematizar a forma moderna de compreensão do tempo, elaborou sua crítica ao encurtamento do espaço de experiência dos sujeitos modernos em nome da abertura a horizontes de expectativa cada vez mais orientados à futuridade da experiência com o tempo. Tal elaboração permitiu a abertura de novas possibilidades de interpretação da cultura surgida na consciência histórica dos centros e das periferias do Ocidente nos últimos séculos (KOSELLECK, 1999).

[10] O trabalho de Rafael Cerqueira Nascimento (2016), por exemplo, contribui para complexificar o entendimento da forma de narrar a história espírito-santense, que ora é operacionalizada em função do atraso, ora é narrada rumo a um progresso inexorável, dependendo do uso político que se deseja fazer de tais produções históricas. O autor propõe, portanto, uma visão crítica a respeito dessas duas vertentes e busca, através do conceito koselleckiano de temporalidade, compreender que existem distintos estratos de tempo convivendo em uma mesma sociedade e não uma única experiência totalizante – e acelerada – de se experimentar o tempo histórico. Aos mesmos moldes dessa importante tendência historiográfica local, pretende-se neste artigo refletir a respeito das diversas possibilidades de se experimentar o tempo à época do advento do discurso modernizador em terras capixabas, especialmente no que tange os assuntos relacionados à forma de se representar a morte e o morrer na capital capixaba na transição do século XIX para o XX.

desse produto agrícola giravam em torno de 115.390 arrobas, já em 1900, esse número subiria para 1.234.195. A partir de tais dados, é possível inferir que o chamado "ouro verde" passou, progressivamente, a ocupar um lugar de destaque na economia espírito-santense. Entretanto, na segunda metade dos anos de 1890 e na primeira década do século XX, o estado se viu imerso em uma crise financeira por conta do revés sofrido pela oscilação do preço do café (SANTOS, 2012, p. 364). Este fato possivelmente dificultou a execução de boa parte das obras públicas destinadas à melhoria da salubridade da capital. Alegando abalo sofrido na captação de recursos e adotando medidas que visavam restringir gastos, as administrações do Espírito Santo e do município de Vitória empossadas no final do século XIX postergaram não só a construção de um cemitério extramuros, como quaisquer possibilidades do poder público reclamar em nome da efetiva conclusão da obra.

Isso não significa, entretanto, que os médicos e outros grupos interessados nas alterações dos costumes funerários tenham silenciado a respeito da morte e das distintas formas de – com o auxílio da ciência – lidar com o adiamento da passagem para o mundo dos mortos. A primazia do âmbito do viver sobre o morrer ganhava contornos cada vez mais visíveis no imaginário daqueles indivíduos que, no final do Oitocentos e início do século XX, já haviam incorporado quase que completamente o vocabulário científico para se referir ao fenômeno da morte. Diante de tal contexto, é necessário recuar às décadas de 1880 e 1890, a fim de se compreender o momento de uma nova reformulação e aperfeiçoamento dos órgãos de controle e de fiscalização dos problemas de salubridade dos espaços públicos na cidade de Vitória, o que pode indicar a alteração dos contornos no debate em tela. Como ficará claro, entretanto, o avanço de tais discussões não garantiu de forma homogênea, unânime e linear a conquista de influência do discurso médico sobre a classe política e sobre a sociedade capixaba, especialmente nos assuntos referentes à morte e ao morrer.[11]

[11] Em 1886, por meio do Decreto número 9.554, de 3 de fevereiro de 1886, foi criado o Conselho Superior de Saúde Pública, extinguindo a Junta Central de Higiene Pública. A partir desse decreto, duas novas instâncias passaram a cuidar dos serviços sanitários no Brasil: a Inspetoria Geral de Higiene seria responsável por atividades como a propagação de vacinas e a Inspetoria

Exemplar nesse sentido é uma reunião convocada no início do ano de 1883 com o intuito de avaliar as condições dos terrenos disponíveis para a construção do cemitério extramuros. Em tal evento, os médicos não eram os únicos presentes, tampouco tinham responsabilidade exclusiva na emissão de um parecer sobre as configurações gerais do local onde a nova necrópole seria construída. Além dos doutores capixabas, irmandades religiosas, políticos e inspetores de obras se encontrariam naquele ano com o intuito de por um fim à querela dos cemitérios:

> Existem na capital sete cemitérios em condições condenadas pela ciência prejudiciais a saúde pública e de nenhum acordo com as regras da estética. Depois de ouvir opiniões de profissionais entendi dever dar começo a uma das necessidades mais reclamadas pela população da capital da província: a designação de um local afastado da cidade, onde os enterramentos começassem em breve a ser feitos. Para levar avante semelhante melhoramento convoquei uma reunião em Palácio, [...] e a ela compareceram o Presidente da Câmara Municipal, o Inspetor das Obras Provinciais, dr. provedor de saúde pública, os representantes de algumas irmandades e mais alguns cidadãos de reconhecido conceito (ESPÍRITO SANTO, 1883, p. 14).

Além de oferecer um panorama da situação de sete necrópoles existentes na cidade de Vitória, o Presidente de Província Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior[12] revelava o esforço coletivo empreendido por todos aqueles setores da sociedade com o intuito de providenciar em caráter de urgência a construção do novo cemitério. Para tanto, conforme relatado pelos autores de tal excerto, foi organizada uma comissão composta pelos médicos Francisco Gomes Azambuja Meirelles[13] e Manoel Goulart de Sousa,[14] bem como pela figura dos políticos Alpheu Monjardim[15] e Maximino Maia.[16]

Geral de Saúde dos Portos cuidaria dos aspectos sanitários dos portos. Em 1890, o Decreto nº 169 criou e ampliou as atribuições das inspetorias de higiene presentes nos estados (CUNHA, 2016, p. 45-46).

[12] Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior nasceu em São Paulo no dia 11 de fevereiro de 1853. Teve sua formação escolar no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1875. Ocupou diversos cargos políticos, dentre eles o de Presidente da Província do Espírito Santo entre os anos de 1882 e 1883. Era defensor do abolicionismo e das ideias republicanas.

[13] Médico que atuou na província do Espírito Santo desde pelo menos a metade do século XIX. Não há muitas informações a respeito da sua participação em cargos públicos.

Longe de terem monopolizado o assunto, o documento revela que os médicos de Vitória foram acompanhados por representantes da política local a fim de avaliar as condições disponíveis para a construção do futuro cemitério público da cidade. Funcionando como uma espécie de "fiel da balança" entre os interesses dos médicos e das irmandades, a presença dos políticos nessa comissão certamente servia para arbitrar uma solução capaz de atender tanto as demandas dos religiosos quanto as dos detentores dos conhecimentos médicos. Afinal, se o consenso de que o cemitério deveria ser construído fora da cidade havia sido atingido, a administração pública se apossaria dos antigos cemitérios religiosos após a construção de uma necrópole unificada? Os cristãos católicos iriam dividir o solo do cemitério com suicidas, protestantes, ateus, prostitutas? Ou o caráter "puro", tradicional e sagrado dos antigos espaços de enterramento e do novo cemitério seria preservado? [17]

Os médicos e os políticos de Vitória sabiam que as mudanças trazidas por suas propostas deveriam levar em consideração essas e outras questões espirituais tão caras à maior parte da população da cidade. Não era possível estabelecer um novo padrão para os rituais funerários ignorando a espiritualidade de uma população que, ao fim e ao cabo, continuava ainda atrelada às antigas práticas de enterramento por eles condenadas. Outras fontes e relatos de médicos da época revelam que esse debate assumiu grandes proporções na imprensa capixaba. Afinal, após visitar o território oferecido pelo

---

[14] O médico higienista Manoel Goulart de Souza ocupou diversos cargos entre as décadas de 1860 e 1890, dentre eles, podemos citar: deputado da assembleia provincial, inspetor de saúde pública, inspetor de saúde em portos, provedor da Santa Casa de Misericórdia.

[15] Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, mais conhecido como Barão de Monjardim, iniciou a carreira política no Império: foi vereador em Vitória, deputado provincial, deputado geral e vice-Presidente da Província, sempre pelo Partido Liberal, do qual se tornou a principal liderança no Espírito Santo. Após a proclamação da República, participou da formação do Partido União Republicana Espírito-Santense (URES) juntamente com outros políticos liberais, conservadores e alguns republicanos.

[16] O engenheiro Maximino Maia ocupou o cargo de inspetor de obras no século XIX em terras capixabas, além de ser redator do jornal *O Horizonte* e adepto dos ideais positivistas.

[17] Antes das proibições dos enterramentos dentro dos templos religiosos, as sepulturas eram distribuídas na parte interna (*ad sanctos*) e nos adros das igrejas (*apud ecclesiam*), respeitando regras de hierarquia social. Após a proibição desses tipos de sepultamento, os cemitérios passaram por uma nova ordenação geográfica interna. Embora tenha havido tais reordenamentos nos destinos dos corpos dos católicos e de alguns de seus agregados; suicidas, criminosos, indigentes, escravizados e prostitutas não estavam submetidos às mesmas regras. A estes, o sepultamento era permitido em locais considerados não-sagrados e garantida apenas que seus corpos não ficassem expostos à terra para evitar a disseminação de doenças. Para saber mais sobre o assunto, cf. o capítulo 7 da obra *A morte é uma festa*, de João José Reis (1991).

comendador José Ribeiro Coelho, a comissão havia chegado à conclusão de que o referido local não apresentava condições de higiene adequadas para a construção do novo cemitério, por isso, o Presidente reitera seu compromisso dizendo:

> Do debate que amplo se abriu na imprensa, dos preceitos científicos e da opinião de pessoas ilustradas, deduzo a convicção em que permaneço de que é imprescindível proibir os enterramentos no centro da cidade. Não quer isto dizer que a administração precise apossar-se do local onde permanece qualquer dos atuais cemitérios, aterrado como vai ser o Mangal do Campinho, tem a capital da província mais uma área de seiscentos e quatro mil metros quadrados para estender-se, e independe das atuais irmandades para aumentar as suas edificações. O que é indispensável é impedir que os enterramentos continuem a ser feitos *nos atuais cemitérios, que são e serão considerados lugares sagrados, sem que o que a isso se oponha a administração. Limita-se a essa a cuidar mais da saúde dos vivos do que no descanso dos mortos*, assunto em que não se imiscui por não estar nas raias das suas atribuições. [...] Votada a verba de quatro contos de réis basta que a Câmara Municipal, com a competência legal que ninguém lhe pode contestar, proíba enterramentos na cidade para que os habitantes desta consigam *um melhoramento reclamado pela ciência, aconselhado pelo bom senso e que não tem contra si os sentimentos religiosos da população*. Lembro-vos que nas condições em que ora se acha a capital da província, torna-se impossível fazer contrato para abastecimento d'água sem que tenham sido proibidos enterramentos nos atuais cemitérios. De feito, há cemitérios próximos a nascentes, e até os há em lugares por onde correm águas que o povo hoje bebe (ESPÍRITO SANTO, 1883, p. 14-15, grifo nosso).

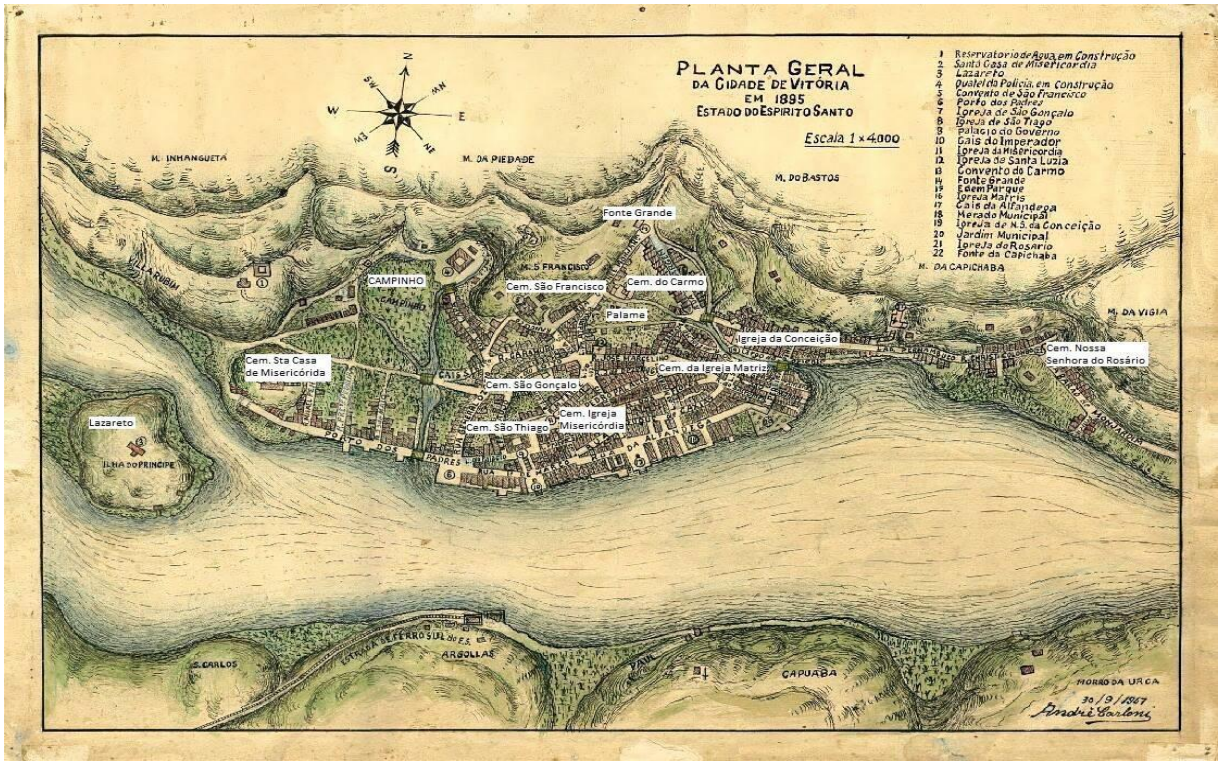


Figura 1: Mapa de Vitória feito por André Carloni em 1895. Em destaque, é possível localizar algumas áreas mencionadas nas fontes primárias deste artigo. Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Arquivo: iph1895.jpg.

No relatório escrito por Andrada Júnior em março de 1883, o Presidente de Província visava esclarecer que, mesmo que o novo território não tivesse sido estabelecido naquele momento, o poder público improvisaria um local na região do Campinho – ainda localizado bem próximo ao centro[18] – com o intuito de amenizar as mazelas causadas pela ausência da necrópole extramuros na cidade. Além de apontar para essa providência paliativa, Andrada Júnior possuía um objetivo principal em seu texto: impedir que os enterramentos continuassem a acontecer na parte central da cidade. Essa era uma medida que o poder público deveria adotar em recurso aos seus atributos legais e com o cuidado de, em nome do "bom senso", não ferir os sentimentos religiosos da população, que possivelmente representavam um dos maiores bastiões da defesa dos enterramentos nos campos santos. Para tanto, o político fazia questão de reafirmar o compromisso da gestão política com a questão de saúde pública, sendo que o caráter sagrado, tanto dos antigos quanto do novo cemitério, não iria se perder.

[18] A distância entre a região do Mangual do Campinho e o cemitério público à época, onde hoje se localiza o Convento de São Francisco, é de cerca de 500 metros.

Assim, viver bem se sobrepunha lentamente ao que outrora fora visto como morrer bem. "Cuidar mais da saúde dos vivos do que no descanso dos mortos" se tornava o lema adotado pelos médicos e políticos capixabas, de modo que questões como a limpeza dos mananciais e das fontes de água tornavam-se preocupações da ordem do dia entre os letrados da capital, especialmente entre os higienistas.[19] Os médicos que seguiam esta vertente da medicina, bastante popularizada nos Oitocentos, visavam readequar comportamentos e costumes da população como forma de combater os elementos entendidos como insalubres e que emperravam as práticas relacionadas ao progresso. Portanto, como pano de fundo para a fala destacada acima, pode-se sublinhar que a ideologia posta a circular por esses profissionais, especialmente por meio da imprensa, compreendia práticas e medidas que buscavam civilizar o ambiente urbano a partir de ideias científicas (FERREIRA, 2011, p. 83).

Além disso, o apelo feito pelos políticos empenhados na alteração dos rituais funerários subsidiados pelos médicos tinha um tom de separação entre o pragmatismo material em relação às questões que envolviam o transcendente. A resistência expressa no excerto como "sentimentos religiosos da população" confrontava-se com o "melhoramento reclamado pela ciência". Tem-se, portanto, um embate de mundos, de tempos e de percepções antagônicas, sendo que, um dizia respeito ao prolongamento do espaço de experiência com a manutenção de práticas culturais, e o outro trazia consigo um horizonte de expectativa que punha em voga parâmetros científicos orientados ao futuro. Como exemplo representativo deste crescente aconselhamento da ciência, a reformulação do ambiente foi reclamada três anos após a publicação deste

[19] É importante mencionar que o higienismo, em voga durante o século XIX e grande parte do século XX, teve entre seus principais representantes no Brasil, José Francisco Xavier Sigaud. Para ele e para os seguidores dessa vertente, os fatores que realmente concorriam para instauração da higiene e predominância da salubridade eram o clima e o regime alimentar. De uma maneira geral, os higienistas acreditavam que as medidas profiláticas amortizavam os efeitos negativos desses fatores, embora reconhecessem o alcance restrito de suas práticas perante alguns obstáculos, tais como: o clima, a umidade intensa aliada à densa fauna e à flora tropical. Estas características contribuíam para acelerar o processo de decomposição das matérias orgânicas. Esse conjunto de elementos combinados formavam um ambiente palustre por excelência, que contava com a constante contaminação atmosférica oriundas das emanações mefíticas (miasmas) advindos da decomposição orgânica. Por fim, nessa breve caracterização do higienismo oitocentista, cumpre dizer que a escravidão e a miscigenação racial não eram compreendidas como fatores que contribuíam diretamente o quadro sanitário experimentado no Brasil (FERREIRA, 2011, p. 93).

relatório escrito por Andrada Júnior. Em sua fala, o médico e inspetor de higiene Ernesto Mendo[20] não deixava dúvidas a respeito do seu posicionamento de reestruturação dos hábitos em prol do progresso, mas com um nível de tolerância bem menor do que o Presidente de Província:

> [...] Por esta ocasião lembro a Vossa Excelência aumentar os mananciais que fornecem um dos elementos mais necessários à vida do homem. Como seja a água que não só por sua escassez como pelos seus condutos deve merecer toda nossa atenção, promovendo um trajeto que possa melhor garantir a abundância e pureza desse elemento. Ainda mais me corre o dever de fazer sentir a imprescindível necessidade do aterro do mangual do Campinho com encanamento das águas vertentes dos morros que o circundam ao Norte, a remoção dos cemitérios das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e Santa Casa de Misericórdia e o da Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo os quais mais que qualquer outro agravam as condições higiênicas desta cidade não só pelas suas colocações, como pelas suas limitadíssimas áreas, que jamais podem comportar as inumações que anualmente neles se fazem principalmente nos dois primeiros. Sou da opinião que os cemitérios a que me reporto sejam estabelecidos provisoriamente no cemitério público desta cidade onde sobeja terreno preciso e oferece melhores condições higiênicas. [...] (APEES, Série 383, 1886).

Por sua proximidade em relação aos mananciais, os cemitérios localizados no centro da cidade permaneciam sendo vistos como uma ameaça à saúde da população, de modo que mais medidas paliativas continuavam a ser sugeridas pelos médicos vitorienses. Na ausência de uma necrópole adequada, Mendo propunha que os cemitérios de Nossa Senhora do Rosário, da Santa Casa da Misericórdia e da Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo fossem provisoriamente estabelecidos no antigo cemitério público do Convento de São Francisco. Embora essa medida pudesse alterar os padrões de enterramento das irmandades citadas, ela não romperia completamente com os costumes locais e com as práticas de inumação da população, pois o cemitério do

[20] Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira teve inúmeras ocupações profissionais ao longo de sua vida. Foi médico, juiz de paz, professor, jornalista e também professor de História e Geografia. Ernesto Mendo se formou em 1859 na Faculdade de Medicina da Bahia. Nos anos de 1860, ocupou o cargo de provedor de saúde pública (CUNHA, 2016, p. 79). Nesta mesma década, o médico exerceu cargo de deputado na Assembleia Provincial do Espírito Santo. Mendo também fez parte do movimento abolicionista capixaba entre os anos de 1869 e 1888 (PÍCOLI, 2009, p. 62). No final da década de 1880, Mendo foi nomeado para o cargo de Inspetor de Higiene Pública do Espírito Santo. Ele permaneceu desempenhando essa função até o ano de 1895, quando faleceu.

Convento que passaria a receber os defuntos das irmandades do Carmo, da Santa Casa de Misericórdia e do Rosário era gerenciado pela Igreja Católica em parceria com a Câmara Municipal. As condições oferecidas às agremiações religiosas não eram ideais, mas, pelo menos, o local era contíguo ao solo sagrado do templo religioso, respeitando as demandas da religião para o bem morrer cristão. Meses depois, o médico continuava a reclamar da mesma situação, já que, aparentemente, as suas sugestões não haviam sido adotadas e as referidas irmandades continuavam a enterrar os corpos nos mesmos lugares, se utilizando das mesmas práticas e rituais de inumação:

> A indolência em geral dos habitantes desta cidade muito concorre para que a salubridade pública não ofereça melhores condições. Vamos das expressões de dois ilustres higienistas, direi: "Em matéria de saúde é preciso obrigar os homens a fazer aquilo que lhes é útil e a evitar o que lhes pode fazer mal, debaixo deste ponto de vista os habitantes de uma grande cidade devem ser tratados como menores. Se a salubridade não tivesse compreendida na legislação não teria jamais existido." [...] O aterro do mangal do Campinho e a canalização das águas do Reguinho não são menos merecedoras de toda atenção do governo, por isso que são como outros focos de infecção poderosos agentes em detrimento a salubridade pública. Não só a bem da saúde como da moralidade pública deve ser removida a lavanderia estabelecida na Fonte Grande desta Capital. Reitero as considerações por mim já feitas acerca dos cemitérios de Nossa Senhora do Rosário, da Santa Casa de Misericórdia e da Ordem 3ª do Carmo que pelas más posições em que se acham colocados como pela insuficiência das áreas que jamais podem comportar o número de cadáveres que neles são anualmente inumados. A falta do abastecimento d'água é a mais palpitante das necessidades com que luta a população da capital. (APEES, Série 383, 1886).

Acusando a população de não colaborar com os aspectos ligados à higiene e expondo o dever do governo de, em nome da salubridade, conceber os habitantes de uma grande cidade "como menores", Mendo salientava a urgência com a qual o assunto dos cemitérios deveria ser tratado pelas autoridades locais, bem como, alertava para a necessidade de defender os interesses coletivos frente às crenças de parte da sociedade. Em outros termos, o povo e as irmandades haviam provado não serem capazes de compreender os males que suas antigas práticas poderiam representar para a saúde coletiva, devendo o poder público tomar medidas de higiene de forma independente de uma resistente opinião popular. Um ano mais tarde, os incômodos do inspetor com

as condições de higiene da capital continuariam. Desta vez, o próprio poder público se tornaria foco de suas reclamações, já que este teria falhado em relação à necessidade de realizar aterros em regiões consideradas insalubres pela inspetoria de higiene pública:

> Já fiz relatar a necessidade do Aterro do Mangual do Campinho como do encanamento da vala da Fonte Grande ao então administrador da província desembargador Antônio Joaquim por ocasião da Abertura da Assembleia Provincial que teve lugar em outubro do ano findo o que como muitas outras medidas de menores dispêndios por esta Inspetoria requisitadas a bem da saúde pública não mereceu a atenção de vossa senhoria que entendeu recomendas o seu ilustre nome pela mais rigorosa e mal entendida economia. Já no período de 1865 a 1873, em que exerci nesta província o cargo de provedor de saúde pública e que solicitei a minha exoneração reclamava sempre e sem resultado a desobstrução destes dois valiosos elementos mórbidos (APEES, Série 383, 1887).

Três décadas haviam se passado desde as primeiras recomendações do médico em relação às obras de modernização e de higienização do espaço público de Vitória. Além de continuarem ignorando suas recomendações quanto aos aterros de zonas pantanosas e aos encanamentos das fontes, o governo continuava a fechar os olhos diante do problema dos cemitérios:

> Cemitérios
>
> As inumações nesta capital são feitas em 7 cemitérios. Ao primeiro lance de vista parece que o número deles é mais que suficiente para o fim a que se destinam, entretanto, cumpre observar que nenhum tem a dimensão conveniente e se acha colocado em posição favorável às condições higiênicas e é assim que vemos o de Nossa Senhora do Rosário agravando como o da Santa Casa, a salubridade pública dos princípios de civilização, o de religião que devem rigorosamente fazer manter em seu próprio abono os habitantes de uma capital. O do Rosário está colocado a leste da cidade de uma área que não pode comportar mais de 20 sepulturas, conta 41 jazigos e anualmente são neles inumados 60 cadáveres aproximadamente. O de São Francisco e o da irmandade Santíssimo Sacramento são amezos e colocados a Norte. Estes são um pouco mais espaçosos, única condição favorável que oferecem, porém são contíguos ao centro populoso. Outros existem em que as inumações não são tão frequentes. Todos eles em péssimas condições e como os demais mal situados (APEES, Série 383, 1887).

Se em 1886, a fala do médico estava voltada especificamente para apenas três cemitérios, no fragmento retirado do relatório do ano de 1887, Mendo

condenava todas as irmandades que insistiam em manter os campos santos intramuros. Desta vez, entretanto, o especialista em saúde pública salientava que as práticas anti-higiênicas representavam não apenas um desrespeito à ciência e à civilidade, como também uma afronta aos preceitos da própria religião. Religião e ciência deveriam se unir frente àquilo que passava a ser visto como um bem maior: a manutenção e o prolongamento da vida. Ao fim e ao cabo, após décadas de inércia do poder público e da população, o médico apelava aos elementos que tornavam os discursos da fé e da civilização uníssonos frente a um grande desafio enfrentado durante sua carreira: convencer os seus contemporâneos de que a vida dependia em última instância de um controle intramundano do significado da morte e do morrer. Se esse foi um duro embate travado durante praticamente todo o período do Segundo Reinado, na última década do Oitocentos e na primeira década do século XX, os médicos capixabas continuariam o seu esforço de ressignificação da morte, desta vez sob o signo da República e dos novos valores por ela inaugurados.

A ressignificação do cemitério e a frustração política dos médicos

O início do período republicano no Espírito Santo trouxe algumas importantes mudanças na posição dos médicos capixabas em relação ao significado da morte e dos rituais a ela associados. Em geral, os médicos de Vitória e da Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo continuariam a sustentar as mesmas posições e a apelar, desta vez com um rigor ainda maior, à modernização dos hábitos funerários da população capixaba. Representando uma nova forma de enxergar a civilização e a vivência coletiva, o regime republicano significou uma esperança para que os médicos capixabas tivessem as suas recomendações sobre o morrer atendidas pelo poder público. No que diz respeito aos debates sobre a construção do cemitério extramuros, por exemplo, mesmo que os problemas e as reclamações continuassem praticamente as mesmas de décadas anteriores, no início dos anos 1890 os inspetores de saúde pareciam nutrir uma esperança um pouco maior na capacidade do Estado intervir e orientar a população quanto ao risco de seus antigos hábitos funerários:

> Tenho a honra de vos enviar por cópia o oficio que dirigi ao Dr. Manoel Goulart de Sousa, Inspetor de Saúde do Porto e ao Dr. João Gonçalves Ferreira Correa da Câmara, cirurgião de 4ª classe e diretor do Hospital Militar bem como suas respostas relativamente ao fechamento dos atuais cemitérios da capital e estabelecimento de outros em local apropriado, como aconselha a higiene. As opiniões dos ilustres médicos que ouvi confirmam a necessidade imprescindível da mudança das necrópoles difundidas nesta cidade, sem proporções em terrenos e posições condenadas, sem a devida fiscalização ofendendo a moral, a religião e a saúde pública. Solicito vos que no interesse de bem orientar a população da providência que fostes de acordo com esta Inspetoria forçados a tomar a bem desse melhoramento, reclamado pela civilização dos povos e pela salubridade pública, vos digneis mandar publicar este e os ofícios dos aludidos médicos no "Diário Oficial" deste estado (APEES, 1890, Cx. 1, p. 55).

Apesar das reclamações e de seu descontentamento com a inércia do governo e das irmandades, Ernesto Mendo continuou a ocupar durante os primeiros anos da República a posição de chefe da Inspetoria de Higiene Pública. No documento direcionado a José Horário Costa[21] – Presidente Interino do Estado do Espírito Santo –, o inspetor trazia mais uma vez à tona sua posição a respeito da situação dos cemitérios da capital, utilizando a opinião dos médicos Manoel Goulart de Sousa e de João Gonçalves Ferreira em seu favor.

Dirigindo-se à autoridade republicana local, além de tornar o novo governo ciente daquele antigo problema, Mendo tinha a intenção de reiterar o argumento favorável ao cemitério extramuros que, em nome da civilização dos povos e pela salubridade pública, deveria de forma urgente ser construído na capital. Ademais, a antiga ideia de que as práticas insalubres diante da morte representariam uma ofensa tanto à religião quanto à saúde pública continuava presente no discurso do médico capixaba. Apelando para que o governo publicasse seu diagnóstico sobre os cemitérios no Diário Oficial, o inspetor de higiene expunha a sua intenção de, aos moldes da confiança republicana na ciência, educar e convencer aqueles que possivelmente mais haviam resistido às

[21] José Horácio Costa se formou em Direito pela Faculdade de Recife em 1885, exerceu as profissões de juiz, professor, jornalista e deputado. Participou ativamente do movimento abolicionista, atuou como divulgador das ideias republicanas no Espírito Santo, sendo, inclusive, considerado radical. No início dos anos de 1890, comandou o jornal *Estado do Espírito Santo*.

mudanças nas práticas funerárias da cidade: a população e as irmandades religiosas. Poucos meses depois, demonstrando certa satisfação em relação ao atendimento de suas demandas, Mendo apelava para o discurso "patriota" do novo regime, com intuito de que outras antigas reivindicações – como o encanamento das águas da Fonte Grande, por exemplo – fossem também atendidas:

> Convencido do quanto vos haveis interessado pelo melhoramento do Estado cujo destino vos estás merecidamente confiado, no caráter de seu governador venho reclamar de vosso patriotismo, como hei feito aos governos que vos precederam, o encanamento daquela vala. Julgo esta medida como a de estabelecimento dos cemitérios no sítio de "Santo Antônio", do que já fizestes com louvável acerto aquisição para tal fim de urgente utilidade à saúde dos habitantes desta cidade, que além das febres palustres, que lhe são endêmicas, e não pequeno número de casos revestem-se das formas mais graves [...] (APEES, 1890, Cx. 1, p. 81-82).

Após décadas de debates e frustrações, no início do regime republicano os médicos pareciam finalmente ter encontrado um local ideal para a construção da nova necrópole da capital. Afastada do centro e longe de quaisquer fontes de moléstias, a região de Santo Antônio se colocava como uma nova meta para os médicos locais no que dizia respeito à sua tentativa de modernizar as práticas funerárias de seus contemporâneos. Situada no extremo oeste do município, essa era uma localidade que, por encontrar-se distante do centro populoso abrigava matadouros e lazaretos, funcionando como uma espécie de depósito reservado às coisas e às pessoas indesejáveis pelos habitantes sãos da cidade. De todo modo, o terreno servia de forma ideal àqueles que por tanto tempo haviam lutado pela extinção dos enterramentos no interior da urbe vitoriense.

Respondendo a um despacho direcionado ao inspetor, Ernesto Mendo, parabenizava o governo por ter adquirido o território no início dos anos 1890. Com isso, parte dos médicos acreditava que os problemas de saúde causados pelos enterramentos desordenados da população e das irmandades estavam com os dias contados. Para isso contribuiu ainda a proibição definitiva dos enterramentos nos cemitérios em piores condições e a concentração das inumações – ainda que de forma provisória – no convento de São Francisco em

1891 (APEES, 1891, Cx. 2, p. 2-4). Ao contrário do ocorrido em governos anteriores, os médicos capixabas pareciam estar aparentemente satisfeitos com os políticos republicanos que, além de terem proibido definitivamente as inumações em locais inadequados – contrariando a posição de algumas irmandades –, haviam dado um importante passo ao adquirir uma nova área para a construção do cemitério extramuros. De todo modo, o documento produzido pelo inspetor atesta que a relação entre os médicos e o poder público capixaba não era completamente pacífica naquele momento. Mendo reclamava em seu ofício que, apesar de ter adquirido a nova área, o governo havia aforado parte do terreno para terceiros (APEES, 1891, Cx. 2, p. 4-6), fato que poderia comprometer a intenção de tornar o novo cemitério público o principal destino dos defuntos da cidade e, ainda acrescentava que:

> As corporações religiosas hoje quase descrentes da instalação de seus cemitérios em "Santo Antônio" por nenhuma providência ter sido tomada até hoje, e ao contrário ao procedimento que devia ter lugar veem arrendada (conseguida) a localidade para aquele fim recorrem a Vossa Excelência no sentido da revogação do ato assentado do ex-governador (APEES, 1891, Cx. 2, p. 4-6).

Descontente, o inspetor reiterava inclusive a insatisfação das irmandades que, com a falta de providência do poder público, começavam a contestar a proibição dos enterramentos nos antigos cemitérios. Desse modo, assim como nos tempos do Império, o inspetor faria apelos ao governo, desta vez adequando o seu discurso ao vocabulário republicano do período:

> Aí está o Código de Posturas recentemente confeccionado e com lucidez que condena as inumações nos cemitérios da cidade. O cemitério público [do Convento de São Francisco] não dispõe de grandeza, qualidade de solo e posição topográficas ao fim que temporariamente se lhe tem destinado. Os outros estão isentos de qualquer apreciação por suas péssimas condições. Insisto pelo estabelecimento das necrópoles no sítio de "Santo Antônio". Vossa Excelência que ama sua pátria, que é governo e tem aptidão de sobra para bem dirigir os negócios que interessam seu engrandecimento físico e moral em harmonia com a lei e a ciência, resolverá sobre quão [?] importante quanto debatido assunto como entender mais consentâneo com a vossa ilustrada razão (APEES,1891, Cx. 2, p. 4-6).

Portanto, o médico apelava à "ilustrada razão", ao patriotismo e à necessária harmonização entre "lei e ciência" para que os administradores

públicos revissem aquelas medidas e voltassem a atentar para a importância da construção do cemitério no local que a inspetoria havia julgado o mais adequado. O que pouco antes parecia ter sido a solução definitiva para o problema das inumações rapidamente converteu-se em um novo imbróglio. O fato de o governo ter aforado o terreno de Santo Antônio acabou por inviabilizar o uso imediato da região para a construção do novo cemitério (APEES, 1891, Cx. 2, p. 4-6). Logo, descontentes com as condições do cemitério público e com o impasse em torno da construção do novo campo santo, as irmandades passaram a contestar a proibição dos enterramentos em suas próprias necrópoles, gerando um clima de insatisfação entre religiosos e médicos de um lado e os poderes públicos do Estado e do município de outro (APEES, 1891, Cx. 8, p. 83-84).

Passados onze meses após reclamar pela primeira vez das condições de higiene dos cemitérios presentes na capital, Mendo sugeria que o poder público cedesse ao apelo da irmandade de São Benedito e permitisse que, na ausência de um terreno extramuros e de boas condições no cemitério público, os fiéis ampliassem a área de sua própria necrópole. Este seria um mal menor, já que os demais cemitérios também não se adequavam perfeitamente aos ideais de higiene por ele defendidos. Distante de um desfecho real caberia, mais uma vez, apelar a soluções paliativas frente ao velho problema dos enterramentos na cidade (APEES, 1891, Cx. 8, p. 83-84). O cemitério público do Convento de São Francisco sequer era colocado mais como uma alternativa viável. Os túmulos ali cavados não possuíam proporções adequadas, tampouco resguardavam as condições de higiene recomendadas pelas autoridades. Entre a intransigência dos governantes e a resistência dos religiosos, o inspetor parecia optar pelo menor dos prejuízos, orientando as autoridades a permitirem a expansão do campo santo de algumas irmandades.

Essa situação continuaria inalterada, mesmo após a posse de José de Melo Carvalho Muniz Freire[22] em 1892, outrora um grande defensor do

[22] José de Melo Carvalho Muniz Freire estudou Direito, fundou junto com Cleto Nunes o jornal *A Província do Espírito Santo* (depois *Estado do Espírito Santo*). Ele era membro do Partido Liberal e defendia bandeiras como: as ideias abolicionistas, a liberdade de imprensa, o Estado laico, o federalismo e o liberalismo econômico. Muniz Freire ocupou diversos cargos políticos ao

deslocamento dos cemitérios. Adepto do positivismo[23] e de teses econômicas que visavam transformar a cidade de Vitória em um grande centro comercial, o governo de Muniz Freire não atentou à conclusão das obras – finalmente iniciadas em 1896 pelo governo municipal – do novo cemitério público da cidade. Na realidade, mesmo sustentando a tese de que o desenvolvimento da cidade passaria necessariamente pela expansão de seu espaço urbano, Muniz Freire possuía àquela época prioridades que iam além da conclusão das obras da necrópole de Santo Antônio. Crítico da concentração populacional no centro, o Presidente de Estado investiria no empreendimento que ficaria conhecido à época como o "Novo Arrabalde", isto é, a realização de um aterro na região nordeste da cidade – entre os atuais bairros da Praia do Suá e da Praia do Canto – com o intuito de incentivar a ida da população para o referido local[24] (SANTOS, 2012, p. 348-349).

Além de concentrar seus esforços na expansão de uma região diametralmente oposta à localidade do novo cemitério, Muniz Freire também investiria boa parte dos recursos públicos da época em obras que viabilizassem o escoamento da produção agrícola e a otimização do contato comercial do Estado com outras localidades. Em outros termos, investindo na construção de portos e de novas estradas de ferro, a atenção do político se voltaria mais para a dinamização da economia local do que para a alteração de antigos costumes e hábitos de higiene da população. De todo modo, no que diz respeito às medidas no campo da saúde pública, Muniz Freire ainda teria tempo para que durante o

longo de sua vida, tais como deputado provincial, deputado federal e Presidente de Estado em duas ocasiões: entre 1892-1896 e 1899-1904.

[23] De acordo com Ângela Alonso, o positivismo era imbuído de cientificismo, ou seja, a crença na capacidade da ciência para formular leis que regeriam os fenômenos sociais e naturais. Além disso, essa corrente de pensamento acreditava na possibilidade dos indivíduos conseguirem contribuir com a descoberta de instrumentos de explicação e de intervenção na realidade com o intuito de alterá-la. Nesse sentido, a ciência, no ideário positivista é posta como a alavanca do progresso e da civilização, por meio dela, seria possível fazer uma raio-x da sociedade brasileira, construir diagnósticos dos males causadores do atraso da nação para a sua futura cura. A partir daí, seria também possível edificar um projeto rumo à civilização. Além disso, os positivistas brasileiros tinham algo como "um senso de missão social". Os adeptos dessas ideias se autodenominavam portadores de uma incumbência salvacionista e a eles caberia estabelecer uma agenda de ações necessárias para consertar os problemas do país e, assim, conduzir seu povo ao bem-estar coletivo (ALONSO, 1996, p. 109-134).

[24] Carlos Teixeira de Campos Jr. sugere que a escolha do local para o estabelecimento do novo bairro talvez tenha ocorrido devido aos interesses econômicos da Companhia Brasileira de Torrens que era a proprietária legal da maior parte dos terrenos do bairro e que lucraria de forma considerável com a ocupação daquele território (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 165).

seu último ano de mandato fosse ordenada a retirada de um lazareto na região de Santo Antônio – com a provável intenção de liberar mais espaço para a construção do cemitério – e a construção de um hospital de isolamento na localidade da Ilha do Príncipe:

> O isolamento fazia-se até a pouco tempo em um prédio situado a três quilômetros da Vitória, no sítio chamado Santo Antônio, adquirido pelo Estado para esse fim, mas esse prédio não satisfazia as exigências mais elementares [...] Tendo, porém, entrado em acordo com o Governo Municipal para se fazer na situação de Santo Antônio, o novo matadouro (ideia hoje abandonada), e mais tarde combinado que se a aproveitasse para localizar os novos cemitérios, encarreguei a Inspetoria de Higiene de procurar fora da ilha um outro ponto destinado ao isolamento, mas foram tais as exigências feitas pelos proprietários de diversas ilhotas julgadas aproveitáveis, que tive de adiar essa solução até que com ciência do Governo Federal pude utilizar da Ilha do Príncipe, próximo à Vitória. Aí foi construído em meados do ano passado o excelente hospital de isolamento que hoje possui a capital, [...] obedecendo a todos os preceitos da boa higiene [...] (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 132-133).

Essa medida – bem como a construção de um hospital de caridade no bairro Bento Ferreira (SANTOS, 2012, p. 348) – tinha como objetivo amenizar os descontentamentos gestados sobre seu governo, sobretudo devido à ocorrência de outros episódios de epidemias à época de seu mandato.[25] Rebatendo as críticas, que muito provavelmente atentavam para a não conclusão das obras do cemitério, Muniz Freire amenizava os problemas e dava destaque para as qualidades sanitárias da capital capixaba no último ano de seu governo: "Mais uma vez devo externar a convicção de que a nossa capital reúne as melhores condições para não alimentar endemia alguma. A sua topografia, a natureza do subsolo da maior área urbana, [...] são vantagens preciosíssimas, e

[25] Em 1895, um ofício enviado pela Inspetoria de Higiene ao Governo Municipal trazia a relação de casas afetadas pela febre amarela na cidade de Vitória. O número total de prédios considerados focos da doença foi de 56 (AGMV, Ofício Recebido, nº. 456, 1895). No mesmo ano, no jornal *Estado do Espírito Santo*, é possível localizar também um alerta com orientações sobre a epidemia de cólera elaborado pela Inspetoria da Higiene do Espírito Santo. A nota trata da existência dos surtos epidêmicos e traz diretrizes sobre como evitar o alastramento da enfermidade (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1895, ed. 3812). A mesma nota se repete em outras edições do periódico. Na edição de número 3990 de 1895 do mesmo jornal, o inspetor de higiene anuncia o surgimento da epidemia de varíola (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1895, ed. 3990).

que formam um conjunto raro de encontrar algures [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 134).[26]

Enaltecendo as boas condições naturais e topográficas da capital, Muniz Freire visava acalmar os ânimos de seus contemporâneos e afastar o medo da morte que continuava a atormentar a população vitoriense, principalmente, devido à recorrente ocorrência das epidemias naquele final de século. As obras do cemitério e os problemas causados pela sua postergação não eram mencionados naquela ocasião pelo Presidente de Estado.

Cleto Nunes[27], aliado de Freire e também contestador da situação dos cemitérios na capital, parecia seguir uma estratégia similar à de seu parceiro de redação do jornal *A Província do Espírito Santo,* quando questionado sobre as obras não concluídas em sua administração à frente da gestão municipal. Nunes e seus apoiadores tentaram amenizar a situação e as críticas divulgando o que fizeram em prol da salubridade da capital durante o seu mandato: [...] "Mas, por maior esforço que demonstre o *Commercio* em levar adiante a sua propaganda contra o Governo Municipal, não conseguirá apagar a lembrança que o mais dedicado de todos os Governos deste município tem gravado nesses melhoramentos" [...].[28] Para criar a sensação de renovação urbana, foram listados alguns feitos da gestão de Nunes: [...] "Está na memória de todos aqueles que habitam e visitaram esta capital, até bem poucos anos a estreiteza

[26] Sobre as condições da cidade, Muniz Freire minimizava e relativizava os efeitos das epidemias sobre a população capixaba ao mencionar que: "O que constitui hoje uma fonte de justos receios é a enorme aglomeração de vidas em um espaço tão limitado, e em habitações cuja maior parte é revel aos preceitos da higiene, mas ponderando mesmo essa enorme desproporção, as últimas calamidades, havidas com exceção da de varíola no ano passado, fizeram estragos muito inferiores ao que se devia temer, e de forma alguma justificaram o alarma produzido dentro e fora do Estado [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 134)

[27] Cleto Nunes estudou Direito em São Paulo, exerceu o jornalismo em diversos periódicos e com Muniz Freire fundou o primeiro jornal diário capixaba, *A Província do Espírito Santo,* no ano de 1882. Participou da campanha abolicionista na imprensa e em sociedades criadas com esse objetivo. Ingressou no Partido Liberal e foi eleito deputado provincial na legislatura de 1879-1880. Presidiu o governo municipal de Vitória em 1892, e foi reeleito, com mandato até 1900. Em 1892 ocupou o cargo de deputado à Constituinte estadual e a presidiu, acumulando os mandatos estadual e municipal.

[28] De forma bem resumida, o teor da discussão entre o jornal *Estado do Espírito Santo* e o jornal *O Commercio do Espírito Santo* (1897, ed. 009), diz respeito ao fato deste último ter acusado Cleto Nunes da realização de uma gestão insalubre do ponto de vista financeiro. Nunes rebate afirmando que obras importantes foram feitas, embora nem todas estejam a contento. No entanto, ele afirmava que administrou a cidade da melhor maneira possível- fazendo as reformas necessárias-, apesar do baixo orçamento disponibilizado ao governo municipal (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1897, ed. 19).

de certas ruas, [...], a falta de calçamento das principais, a insuportável Vala do Reguinho, a deficiência de cemitério" [...] (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1897, ed. 19). Nesta mesma edição do jornal em 1897, o redator Augusto Calmon, possivelmente um aliado de Nunes, defendia o administrador municipal contra os ataques daqueles que o acusavam de ter realizado uma má gerência financeira do município. Assim como Muniz Freire, Nunes teria investido em melhorias urbanas e higiênicas na capital, mencionando ter havido inclusive alentado as condições do cemitério, em uma provável referência à antiga necrópole pública situada no Convento de São Francisco.

Vida urbana e gestão do morrer no início do século XX

Os relatos de Muniz Freire e de Cleto Nunes são praticamente as últimas menções que os políticos capixabas fazem à relação entre os enterramentos e o problema da saúde pública na Vitória do final do século XIX. Após esses balanços de gestão realizados na segunda metade da década de 1890, tanto nos relatórios de governo quanto nos documentos da Inspetoria de Higiene Pública – e de outros órgãos de saúde – praticamente não são feitas referências ao problema dos enterramentos no centro da cidade, tampouco ao atraso na construção do cemitério de Santo Antônio.

Se ao menos desde os anos 1870 os médicos e inspetores de higiene já haviam condenado os antigos cemitérios, apontando para a precariedade de suas condições, é possível imaginar que no início do século XX essa situação tenha se tornado ainda mais aguda e intolerável para alguns representantes do poder público capixaba. No entanto, ao longo de praticamente toda a primeira década do século XX, houve um silêncio em torno da questão que em décadas anteriores havia suscitado grandes preocupações no âmbito da saúde coletiva: o problema da manutenção dos enterramentos no centro da cidade. Conforme mencionado anteriormente, o que pode em parte explicar a ausência dessas discussões é a crise econômica engendrada pela queda nas exportações do café nos últimos anos do século XIX. No entanto, esse fato precisa ser interpretado com cuidado, pois, se, por um lado, o sucessor de Muniz Freire no governo, Graciano dos Santos Neves, não gozou da mesma pujança econômica do seu

predecessor, por outro, sua visão sobre a modernização da cidade não coincidia com os planejamentos urbanísticos até então elaborados para a capital.[29]

Em que pesem tais divergências, um elemento comum unia as duas administrações: as obras de infraestrutura para o escoamento do café que continuaram a ocorrer em detrimento de obras de salubridade e higiene, mesmo diante do alegado cenário de crise nas finanças do Estado. A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que posteriormente seria vendida à companhia inglesa Leopoldina Railway, não teve suas obras interrompidas, ao passo que a Comissão de Melhoramentos da Capital foi extinta (FERREIRA, 2016, p.170-171).

Apesar de todos esses acontecimentos, nada indica que os defensores das alterações nas estruturas urbanas tenham também mudado de ideia a respeito da morte e das distintas formas de – com o auxílio da ciência – afastar sua chegada ao mundo dos vivos. Se a questão dos cemitérios não foi um tema corrente àquele tempo, a ocorrência de epidemias continuava a ser um assunto registrado pelos médicos capixabas ao longo daquela década: "Se bem que no primeiro semestre do corrente ano grassasse a varíola manifestando-se 56 casos, todavia, a cifra da mortalidade da capital- 174 óbitos não se eleve tanto que acusasse maior diferença dos ocorridos no semestre passado- 141." (APEES, Livro 383, 1905).

Mesmo que a questão do destino dos corpos não estivesse presente, a morte continuava a assombrar o imaginário dos capixabas, tendo o problema dos surtos de doenças contribuído mais uma vez para que o tema permanecesse em voga entre os médicos e os políticos da cidade. O viver consolidara sua importância em meio à comunidade capixaba nas últimas décadas do século XIX. Em vista disso, assegurar a vida dos indivíduos passou a ser mais relevante do que a morte, pois a primeira era produtiva e concorria para a movimentação econômica do Espírito Santo. Logo, salvar vidas era garantia de manutenção dos

[29] Muniz Freire acreditava que o incremento da infraestrutura das cidades seria um fator de impulso do desenvolvimento da cidade de Vitória, ao passo que, Graciano dos Santos Neves advogava que o impulso econômico gerado pelo desenvolvimento industrial é que seria responsável por fomentar a renovação e modernização do espaço urbano. Essa divergência, inclusive, gerou desgaste entre os dois políticos, já que ambos pertenciam à mesma facção política, o Partido Reconstrutor Republicano. (FERREIRA, 2016, p. 171).

braços fortes para o trabalho, culminando no progresso e no desenvolvimento, verdadeiros pilares da civilização moderna.

Nesse sentido, é possível destacar a fala de Jerônimo Monteiro sobre as obras sanitárias: "são trabalhos que fazem carga no orçamento, na época em que são executados, mas trazem economias." [...] Isso, porque aos olhos do político: "[tais obras] evitam ao Estado as despesas de diligências sanitárias, sempre custosas e nem sempre de resultados apreciáveis, além de poupar muitas vidas caras, que representam, sem dúvida, precisos elementos de progresso e de civilização." (ESPÍRITO SANTO, 1911, p. 22-23). Há nesses trechos uma inflexão destacável: a morte não era temida apenas devido à incerteza quanto à salvação das almas dos cristãos, mas também em termos dos prejuízos materiais que ela poderia acarretar. Após os danos de uma crise econômica, os políticos locais pareciam ter adequado os lemas da ciência médica aos mais pragmáticos dos interesses produtivos do moderno sistema capitalista. Essa é uma mudança bastante drástica em comparação com falas de médicos e de políticos locais em décadas anteriores, quando o cuidado em conciliar o sentido imanente do morrer com o âmbito do sagrado parecia muito mais evidente.

O corolário desta forma pragmática de entender a morte e o morrer na Vitória do início do século XX se daria com a inauguração do cemitério público de Santo Antônio no ano de 1912. Após anos de discussões e com a continuação da obra no governo de Jerônimo Monteiro[30], o cemitério extramuros da capital seria finalmente aberto ao público no mês de maio daquele ano. Pelo menos dois elementos relevantes compõem esse momento do entendimento da morte em território capixaba: os preceitos higiênicos oferecidos pela medicina e a tutela dos médicos que, por fim, passaram a orientar quase por completo a gestão da morte naquela cidade. Tal hegemonia foi disputada ao longo da segunda metade do Oitocentos e culminou, em terras capixabas, com a seguinte medida: "Mandei construir, então, no arrabalde de Santo Antônio, acerca de

[30] Jerônimo Monteiro nasceu em 1870 e estudou Direito em São Paulo. Ocupou diversos cargos políticos, tais como: deputado na Assembleia Legislativa Provincial, deputado federal, Presidente de Estado do Espírito Santo (1908-1912) e, por fim, senador. Beneficiou-se do final da crise do café e encampou diversas iniciativas no estado, dentre elas: a industrialização, a criação de um Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, instalação dos serviços de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica em Vitória, além de capitanear uma grande reforma urbana na capital.

dois quilômetros da cidade, um vasto cemitério, aproveitando para isso os alicerces que o governo municipal de 1896 começou a lançar naquele mesmo." (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 373).

A finalização da obra do cemitério, em março de 1912, na região afastada do centro mais populoso da capital pôs fim à querela que se desenrolava ao menos desde 1850. Nesse momento, ditames científicos, especialmente os da medicina, da química e da engenharia, depois de muita resistência e adequação, puderam ser colocados em prática. Dessa forma, fica claro que o ideal modernizador havia sido absorvido naquele início de século por uma parte dos componentes das lideranças capixabas que, sob a pressão dos interesses econômicos da elite local agroexportadora, estenderam as noções de higiene, de civilização e de progresso ao âmbito dos costumes e das sensibilidades sobre o além-vida da maior parte da população.

Conclusão

Uma análise dos materiais e das fontes escritas produzidas por médicos e gestores públicos capixabas revela que uma visão eminentemente moderna a respeito dos sentidos da vida e da morte pôde finalmente se sobrepor a antigos significados sobrenaturais do morrer na capital do Espírito Santo durante o início do século XX. As alterações nos costumes e, sobretudo, nos modos de viver e de morrer na cidade de Vitória estiveram entre os vetores de um novo ideário moderno que constituiu o imaginário das camadas dirigentes de diversas partes do país. Esses ideais orientaram não apenas as principais decisões político-administrativas do período, como também os processos de padronização do comportamento e as formas de partilha das experiências de sensibilidade. Em outras palavras, após muitas disputas para a construção de consensos, o turbilhão de mudanças trazido pela modernidade produziu transformações não só no âmbito das ideias políticas, mas também nas maneiras de sentir e viver o morrer na capital capixaba no final dos Oitocentos e nas décadas iniciais do século passado.

De todo modo, as páginas acima trazem uma imagem mais nuançada desse processo, ao demonstrarem como essas elites letradas tardaram a

produzir consensos no que diz respeito a um projeto modernizador das sensibilidades e dos costumes. Isso porque, se de um lado, os médicos mais inclinados ao discurso científico apelavam para a padronização de certos hábitos à luz do conhecimento secular, de outro, parte da elite dirigente local condicionava seu entendimento da experiência moderna aos seus interesses econômicos de curto prazo. Em meio a esse embate, não apartada dos interesses dos grupos econômicos dominantes, a classe política preferia expandir áreas da cidade por meio da construção de arrabaldes, direcionando recursos para a construção de portos e construindo estradas de ligação entre o interior e a capital com o intuito de se escoar o café direcionado ao mercado externo.

Ademais, além de contrariar interesses econômicos imediatos, a mudança nos hábitos funerários poderia ser vista como uma afronta aos costumes ligados à tradição religiosa, já que ela poderia gerar descontentamentos quando da repartição do mesmo terreno entre as principais irmandades capixabas. Isso se dava porque os profissionais da saúde do século XIX não conseguiram fazer valer imediatamente sua perspectiva científica como hegemônica naquele corpus social. Isto porque, conforme demonstrado, esse espaço e atuação social da medicina foram política e culturalmente construídos, tendo em vista a concorrência com outros saberes e práticas de cura então existentes no Brasil.[31] Nesse sentido, não seria um exagero concluir que a conquista do imaginário popular, das elites e dos religiosos por parte dos médicos capixabas necessitou do uso de estratégias de representação cujos efeitos apenas puderam ser ampliados com a expansão da esfera pública e com a consolidação de novos periódicos e estratégias de comunicação a partir do advento do regime republicano.[32] Por fim, é válido pontuar que as modificações

[31] Conforme sustentado por Gabriela Sampaio, a imprensa contribuiu significativamente para legitimação do saber médico no século XIX brasileiro. Os jornais divulgavam matérias que reforçavam o posicionamento crítico dos médicos perante as demais práticas populares de cura. Um recurso muito utilizado pelos profissionais da medicina para deslegitimar os saberes populares era classificar sob a mesma nomenclatura- a de charlatão- todos os terapeutas que não passaram pelos bancos das faculdades, tais quais: curandeiros, feiticeiros, homeopatas, espíritas, sangradores, entre outros (SAMPAIO, 2001, p. 25). Entretanto, há que se ressaltar que os periódicos possuíam posicionamentos complexos que podem ser matizados da seguinte forma: ora, eles assumiram a tarefa de combater os profissionais intitulados “charlatães” pela medicina oficial, ora, os periódicos denunciavam a imperícia dos doutores formados pelas academias (SAMPAIO, 2001, p. 27-28).

[32] Em um exercício de história contra-factual, não seria exagerado afirmar que, mesmo que parte da população se opusesse às alterações dos rituais, muito provavelmente esses ideais

dos espaços urbanos e dos cultos fúnebres não ocorreram apenas devido ao crescimento da influência dos ditames da ciência moderna, mas em grande medida como uma concessão pragmática da elite agroexportadora local e do seu entendimento cada vez mais consolidado sobre os prejuízos econômicos resultantes da prevalência de práticas pré-modernas sobre um entendimento secular dos sentidos da morte e do morrer no alvorecer da era republicana.

Fontes

A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO- 1882; 1885.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO- 1890; 1892; 1895; 1896; 1897.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA APRESENTADOS A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL-1883, 1895, 1896, 1911, 1912, 1913.

ARQUIVO GERAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, Ofício Recebido, Nº. 456, 1895.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Série 383, Fundo Governadoria- 1886, 1887, 1905.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Inspetoria de Higiene Pública- 1890, 1891, 1896. Caixas- 1, 2, 8.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Arquivo: iph1895.jpg. Planta geral da cidade de Vitória em 1895. Desenho de André Carloni.

Bibliografia

ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 109-134, 1996.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos T. de. **O Novo Arrabalde**. Vitória, ES: Prefeitura Municipal de Vitória, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CUNHA, Karolina D. da. **Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo**: políticas de assistência à saúde em tempos de epidemias. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Vitória, ES, 2016.

---

teriam sido impostos de forma arbitrária, como é possível de ser notado em diversas passagens semelhantes da história brasileira. Exemplares nesse sentido são a Revolta da Vacina e as derrubadas dos cortiços, ambos no Rio de Janeiro. Sobre os temas cf.: Nicolau Sevcenko, *A revolta da vacina* (1993) e Jaime Benchimol, *Pereira Passos* (1992) e Sidney Chalhoub, *Cidade febril* (2006).

BARROS, Thiago Z. **Política de Imigração Estrangeira no Jornal a Província do Espírito Santo (1882/1889)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Vitória, ES, 2007.

BENCHIMOL, Jayme L. **Manguinhos do sonho à vida**: A ciência na Belle Époque. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1990.

FERREIRA, Luiz O. O viajante estático: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil oitocentista (1830-1844). In: BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda. (org.) **A circulação do Conhecimento:** Medicina, Redes e Impérios. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011, p. 81-99.

FRANCO, Sebastião P. Pânico e terror: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856). **Almanack**, Vol. Maio/ 2014, nº7, p. 117-136, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

LIMA, Nísia T. O Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde: uma história em três dimensões. In: Jacobo Finkelman. (Org.). **Caminhos da Saúde Pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/OPAS, 2002, p. 23-116.

OLIVEIRA, José T. de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 2008.

PÍCOLI, Mariana. **Ideias de liberdade na cena política capixaba:** o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Vitória, ES, 2009.

NASCIMENTO, Mara R. **Irmandades leigas em Porto Alegre**: práticas funerárias e experiência urbana, séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS, 2006.

NASCIMENTO, Rafael C. **A narrativa histórica da superação do atraso:** um desafio historiográfico para o Espírito Santo. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Vitória, ES, 2016.

NOGUEIRA, André; FRANCO, Sebastião P. Epidemias como notícias de jornais: os casos de febre amarela e do cólera no Espírito Santo oitocentista (1849-1856). **OPSIS**, v. 17, p. 37-51, 2017.

REIS, João J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Maria A. R. **História sem fim... inventário da saúde pública.** São Paulo, 1880-1930. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos Mortos na cidade dos Vivos**: tradições e transformações fúnebres na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

SAMPAIO, Gabriela dos R. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, IFCH, 2001.

SANTOS, Estilaque F. dos. **José de Melo Carvalho Muniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

SILVA, Érika A. **O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891).** Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, SP, 2005.

TEIXEIRA, Luiz A. **Na Arena de Esculápio:** a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo 1895-1913. São Paulo: Unesp, 2007.

Recebido em Novembro de 2021
Aprovado em Março de 2022